

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
BACHARELADO EM HISTÓRIA

SEDHir -

SINTAB: LUTAS PELA QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO
EM CAMPINA GRANDE.

CAMPINA GRANDE-PARAÍBA
1991

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
BACHARELADO EM HISTÓRIA

Monografia apresentada ao Departamento de
História e Geografia - DHG da Universida
de Federal da Paraíba, Campus II, tendo
como orientadora a Professora Maria da
Guia Gareis.

ROSEMARY NEGREIROS DE ARAÚJO

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA
1991



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

AGRADECIMENTOS

Ao término dessa batalha quero agradecer em primeiro lugar aos meus pais e irmãos pelo apoio que sempre me deram; às amigas Lourdes e Lindaura pelo incentivo dado ao trabalho e a contribuição em vários momentos; à professora Maria da Guia pelo empenho e dedicação com que orientou esse trabalho; enfim à todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização do mesmo.

SUMÁRIO

Página

AGRADECIMENTOS

I	- INTRODUÇÃO	01
II	- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	03
III	- CONTEXTUALIZANDO A PROBLEMÁTICA	
	3.1. A Educação no Nordeste: Uma Abordagem Geral	05
	3.2. O Ensino de 1º Grau na Paraíba	11
IV	- FORMAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SINTAB	15
V	- PRÁTICAS EDUCATIVAS: PROPOSTAS DO SINTAB	21
VI	- LUTAS SINDICAIS & PRÁTICAS EDUCATIVAS	
	6.1. A Greve como prática educativa da Categoria	26
	6.2. Reivindicação da Categoria	29
VII	- CONCLUSÃO	33
VIII	- FONTES E LITERATURA	35

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva tentar compreender a importância do Sindicato dos Trabalhadores Municipais do Agreste da Borborema para os profissionais de ensino da rede municipal em Campina Grande - PB.

A prioridade dada a esta pesquisa é questionar as várias práticas do **SINTAB**, que contribuem na formação política e profissional dos trabalhadores em educação, assim como na melhoria do sistema educacional do município campinense.

Tal sindicato (**SINTAB**) foi criado na década de 60 (05 de junho de 1960) sendo nessa época denominado ASPMCG, e era formado pelas várias categorias profissionais do município, passando a Sindicato em 1989 (**SINTAB**) o qual abrangeu vários outros municípios do Agreste da Borborema.

Quando da sua formação a ASPMCG tinha um caráter assistencialista, ou seja, era atrelada ao poder municipal, não tendo nenhuma organização política, no entanto, a partir de algumas mudanças no contexto sócio-político-econômico, as categorias sentiam a necessidade de se organizarem e em 1989 todo esse processo resultou na formação do Sindicato (**SINTAB**), o qual propõe-se diferenciadamente da ASPMCG no que diz respeito aos aspectos políticos, sociais e econômicos, a lutar e defender os interesses dos profissionais dos municípios que o formam.

A pesquisa consta dos seguintes momentos: o da revisão da literatura específica; o da coleta de dados realizada em arquivos; aplicação de questionários e entrevistas.

Após a sistematização e interpretação dos dados coletados realizou-se a monografia que é o resultado da pesquisa, a qual foi estruturada nos seguintes capítulos:

terceiro
O primeiro capítulo intitulado: Contextualizando a Problemática, com os

itens: A Educação no Nordeste: Uma Abordagem Geral; e O Ensino de 1º grau na Paraíba, consiste numa breve análise da educação básica no Nordeste e na Paraíba.

O segundo capítulo "Formação e Fortalecimento do **SINTAB**", consiste no próprio histórico do **SINTAB** e visa auxiliar na reflexão dos capítulos posteriores.

O terceiro capítulo denominado "Práticas Educativas: Propostas do **SINTAB**" está situado dentro do objeto de estudo e visa fazer uma espécie de narração e análise da participação dos profissionais de ensino, nestas práticas do sindicato.

O quarto capítulo tem como objeto de estudo fazer uma abordagem geral das greves realizadas pelo **SINTAB**, situando-se nas seguintes questões: A greve como prática-política educativa da categoria e como instrumento básico de reivindicação.

Finalmente, foi desenvolvido a conclusão, onde através da análise dos dados procurou-se levantar os resultados da pesquisa.

Desta forma, nesse trabalho propõe-se um estudo sobre a formação e atuação do sindicato dos profissionais de ensino em Campina Grande-PB, considerando o trabalhador em educação enquanto trabalhador assalariado, e buscando-se abordar a problemática da luta de classes. Nesse âmbito, "A classe que é poder material dominante, da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante" (KARL MARX., A Ideologia Alemã, 1984, p.19).

Assim, a classe dominante impõe superioridade econômica, político e cultural à sociedade, resultando num determinado momento histórico na tomada de consciência de classe, por parte dos explorados nesse processo. Portanto, torna-se necessário que o profissional de ensino desempenhe uma práxis compatível com as reais necessidades de sua categoria, conscientizando-se da problemática na qual está inserido, visto não haver a neutralidade ideológica na educação.

II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No intento de abordar a educação como um dos veículos de transformação da sociedade e o papel do **SINTAB** em Campina Grande diante das várias questões educacionais do município, tivemos de utilizar alguns procedimentos de pesquisa, e principalmente a técnica da entrevista e aplicação de questionários, tendo em vista a escassez das fontes documentais sobre o tema.

O universo a ser pesquisado era composto de 1.618 profissionais de ensino no município de Campina Grande, sendo que cerca de 70% a 75%⁽¹⁾ são associados do **SINTAB**. A amostra foi selecionada a partir da escolha de 100 pessoas que têm relações mais estreitas no processo participativo da formação e organização do sindicato e as demais entrevistadas (100) foram escolhidas aleatoriamente mas levando-se em consideração alguns critérios, tais como: profissionais não associados e profissionais associados que não participam do mesmo, perfazendo ao todo um total de 200 pessoas entrevistadas.

Dessa forma através do número acima citado de entrevistados permitiu-se obter algumas informações de como se encontra a estrutura do ensino público municipal em Campina Grande.

Definido a amostra a ser pesquisada pensamos ser necessário ouvirmos professores, diretores, supervisores, coordenadores, assistentes sociais e sindicalistas da área, tanto de direções anteriores do sindicato como da atual gestão, sendo divididos de maneira equitativa: metade dos sócios do **SINTAB** e a outra metade de não associados, ou de associados sem nenhum vínculo com o sindicato, por entendermos que somente assim é que podemos tirar nossas conclusões

(1) Este número não foi definido com exatidão por se tratar de um período em que o sindicato estava em mudança de sua sede, sendo assim um período muito conturbado para a pesquisa.

Além de trabalharmos com o discurso-fala dos trabalhadores de ensino, recorremos também a jornais, a saber: Diário da Borborema, O Barnabé Municipal, com o intuito de tentar uma reconstrução da educação no período em estudo (1980-1990).

Sobre essa mesma perspectiva fizemos o arrolamento do acervo de Arquivos como o do próprio Sindicato em estudo, o da Prefeitura Municipal de Campina Grande, o da Secretaria de Educação e Cultura do Município, Secretaria de Educação e Cultura do Estado e do IBGE local.

III - CONTEXTUALIZANDO A PROBLEMÁTICA

3.1. A EDUCAÇÃO NO NORDESTE: UMA ABORDAGEM GERAL

No período em estudo, observa-se que existe no Nordeste um sistema educacional deficiente que pode ser constatado por problemas tais como o alto índice de analfabetismo, condições precárias das escolas, poucas vagas para o ensino público e gratuito. Assim, o ensino público é considerado elitista pois somente 5% a 10% dos alunos que ingressam na 1ª série da escola pública conseguem chegar à 8ª série⁽²⁾.

A educação no Nordeste é afetada pelas desigualdades sociais desta região, pois de um lado se encontram as elites (minoria) se contrapondo a enorme massa de favelados, e de produtores rurais em situação de miséria⁽³⁾, existindo problemas sociais tais como o desemprego, alto índice de mortalidade, saúde deficiente, problemas de moradia. Nos últimos dez anos houve um maior crescimento da pré-escola no Nordeste, sendo que as vagas surgiram como forma de compensar os problemas sociais da região, tendo um caráter meramente assistencialista, segundo pesquisa da Fundação Carlos Chagas⁽⁴⁾.

Diante de tal situação, a postura do governo frente aos problemas educacionais, tem sido de descaso nestas últimas décadas. Os anos que dão continuidade ao contexto ditatorial do pós-64, foram marcados pela limitada participação popular, intervenção militar e dependência do plano econômico.

(2) Dados da Revista Nova Escola nº 42 - setembro 1990. Dois terços dos alunos das redes municipais, estaduais e particulares ficam retidos entre a 1ª e 2ª série. A rede municipal que recebe 60% das vagas no 1º grau (1ª fase) não oferece nenhuma vaga após a 4ª série (1ª fase) idem Revista Nova Escola nº 42 - setembro 1990.

(3) Segundo dados da Revista uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste, "Em 1980 no Nordeste, 76% da População economicamente ativa percebiam renda média ou inferior a dois salários mínimos, sendo que 64% recebiam até um salário mínimo.

(4) Dados da Revista "Nova Escola" nº 43 outubro 1990.

No período chamado milagre brasileiro (1969/1974) o modelo econômico adotado permitiu o aguçamento dos problemas educacionais no âmbito nacional. Nesse contexto, por motivos ideológicos, intelectuais de renome nacional e internacional (que ora atuavam no Brasil) foram expulsos do magistério superior e dos institutos de pesquisas. No mesmo período é estabelecido o AI5 que veio intitucionalizar a repressão de maneira ampla.

Dessa forma, a situação se apresenta desfavorável aos profissionais da educação e estes, tendo os seus salários corroídos pela inflação, são obrigados a aceitar o aumento do número de aulas como meio de obter reajustes salariais. Havendo dessa forma um empobrecimento econômico que conseqüentemente gera o empobrecimento intelectual.

No dizer de Moacir Gadotti:

"(...) Por volta de 1954 um professor dava em média, 12 aulas por semana (...) e o salário era compensador (...) ser professor era obter um status social correspondente ao do médico, ao do advogado. Na década seguinte a carga horária passou para 24 horas. A política educacional do regime militar está exigindo, já há mais de "10 anos", 44 aulas semanais para o professor, que deve correr de instituição em instituição, disputando aulas sem saber se vai conservá-las no ano seguinte. Além de ser uma profissão instável e sacrificada é mal paga. Chegamos em 1979, com o mais baixo salário da década e com os professores ministrando 70 aulas por semana".

(Gadotti, 1980, 124-125).

A crise econômica no Brasil, principalmente a partir de 1974, acentuou a exploração dos trabalhadores assalariados, dentre estes, os profissionais da educação, que passaram a criar juntamente com outras categorias profissionais e outras facções da sociedade brasileira, meios de se reorganizarem, visando ampliar as suas formas de luta. Passando pela massificação do movimento, o período de 1974-80 é considerado de reorganização do magistério, cujo um dos elementos geradores, era

composto por professores que já tinham uma certa influência política. Surge neste período, vários movimentos grevistas que vão dar as entidades de ensino um avanço na organização da categoria⁽⁵⁾.

É nesse período em que o debate político ressurgiu nos encontros e reuniões e nos meios de comunicação: os movimentos e manifestações reivindicatórias tomam corpo em todo o país. Entretanto, o Estado como forma de amainar as tensões sociais, "concedeu" uma certa abertura política, como a revogação de alguns decretos-leis, anistia aos condenados por crimes políticos e um menor policiamento à censura.

A postura das autoridades políticas e governamentais diante da educação tem sido de descaso, face ao previsto na Constituição. O período que compreende 1985-89 foi caracterizado por problemas que já vinham acontecendo nos governos anteriores. Na ausência de uma política salarial que atendesse as condições necessárias aos trabalhadores, o Estado, no seu papel de aparente neutralidade, lança pacotes econômicos que tem efeito paliativo e de curto prazo, contribuindo sobremaneira para o agravamento da situação dos trabalhadores, causando sobretudo, achatamento dos salários do funcionalismo. Além disso, se fizeram presentes nesse governo os chamados decretos-leis que agravaram ainda mais os problemas sociais.

Uma das medidas deste governo foi o chamado "Plano Verão" que sob a justificativa de estabelecer controle na economia, trouxe medidas danosas para o trabalhador, tais como: inflação, arrocho salarial, recessão.

No entanto, mesmo com algumas mudanças se operando na sociedade brasileira, grande parte desta sociedade, sentindo necessidade de mudança no contexto sócio-econômico-político reivindicou eleições diretas para presidente. A categoria dos profissionais da educação desempenhou importante papel nessa conquista se mobilizando ao lado de outras categorias profissionais e outros segmentos da sociedade.

(5) *in* caderno CEDES Nº 5. Educação e Sociedade. Texto Movimento dos Trabalhadores em Educação - vários autores.

de, marcando assim um período de debates acirrados e de tentativa de politização na sociedade brasileira.

Em 1988, o Congresso diante de tais reivindicações aprovou um artigo na nova Constituição (5 de outubro de 1988) no qual determinava eleições diretas para presidente.

Com relação a Assembléia Constituinte (1988), os trabalhadores em educação participaram na luta em defesa do ensino público e gratuito; em defesa da elaboração da lei das diretrizes e bases da educação nacional e outras questões educacionais, como: salário, leis de greves e sindicatos.

As conquistas dos trabalhadores na Constituição em vigor não se efetivaram até o presente momento no atual governo. Os direitos ficaram apenas registrados no papel. No entanto, as propostas mais avançadas e históricas do movimento sindical, como liberdade e autonomia sindical, não passaram na Constituição.

Atualmente, a nova conjuntura vem contribuindo para aguzar os problemas enfrentados ao longo dos governos anteriores. Os cortes nos investimentos públicos, e uma política recessiva é o projeto de "modernização que teve início na ditadura militar em 1964, e se prolonga até o atual momento. Este plano contraria os interesses da classe trabalhadora, causa desemprego, arrocho salarial e não tem nenhum compromisso com o ensino público e gratuito de uma maneira geral, uma vez que, tendo reduzido ao máximo os investimentos para a educação, trata com descaso a questão educacional perante o previsto na Constituição, um exemplo de tal situação é que atualmente temos uma população de cerca de 140 milhões de habitantes dos quais 30 milhões são analfabetos e cerca de 5 milhões de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos não tem acesso à escola (6).

A progressiva falta de investimento e incentivo a educação atinge também

(6) Caderno AEC do Brasil 1989. Ainda referente a esta questão, podemos esclarecer que é no Nordeste onde se concentra mais da metade destas crianças que não têm acesso à escola. (dados do caderno AEC do Brasil - 1989 . XIII Congresso Nacional educação).

a universidade, a qual deveria ser onde se produz ciência e que consequentemente levaria a evolução da sociedade. No entanto, está direcionado para atender aos interesses de uma determinada classe que detém o poder economicamente, não atendendo assim, ao seu objetivo proposto enquanto escola.

Dessa forma, a educação está sujeita às leis da iniciativa privada, aberta à ação dos empresários do ensino, facilitando a entrada das multinacionais na área educacional, vetando desta maneira qualquer contribuição, qualquer relação universidade-comunidade, impedindo assim que a produção científica seja revertida em favor da sociedade.

Embora todo descaso do governo atual em relação as questões educacionais, este, se diz cumprir a Constituição em vigor, tendo portanto como incumbência para os problemas educacionais os seguintes compromissos: iniciar um programa de erradicação do analfabetismo; oferecer ensino básico a todos; garantir melhoria da qualidade da escola pública, as condições econômicas e de trabalho dos profissionais da educação.

Contudo, se apoiado nas políticas econômicas a que vem aplicando, tais objetivos propostos não terão a menor possibilidade de se concretizar.

Diante da situação de descaso pelos últimos governos à educação, (ressaltando o período em estudo), os profissionais da educação tiveram uma grande participação em mobilizações pela qual passou a sociedade brasileira, se articulando com as demais categorias profissionais, travando assim várias lutas em defesa da democracia, de condições dignas de vida, de ensino, de saúde, participação política, etc. Estas lutas ocorreram de várias formas, através de paralisações, greves e várias outras formas de manifestações.

Atualmente, em virtude do que permite a nova Constituição com relação ao direito dos trabalhadores de se associarem em sindicatos legalizados, a Associação dos Trabalhadores em Educação vem discutindo a forma como se efetuará o processo

de livre organização sindical, que agora tem a proposta de se unificar, ou seja, a proposta consiste em unir os vários trabalhadores em educação como explica Roberto Felício, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - **CNTE** - "Entendemos que só existe uma categoria, os trabalhadores em educação, apesar de haver papéis, diferentes como supervisores, diretores, orientadores educacionais, professores e funcionários".

3.2. O ENSINO DE 1º GRAU NA PARAÍBA

O Estado da Paraíba, considerado o mais pobre do Nordeste do País, apresenta dentre outros problemas, um déficit educacional bastante acentuado. A taxa de analfabetismo alcançou 52,9% na década de 1980, tendo reduzido apenas 10% nas duas últimas décadas⁽⁷⁾.

A situação educacional nesta última década na Paraíba, tem sido um prolongamento do sistema sócio-econômico-político implantado no país, e conseqüentemente em todos os estados do Nordeste.

Na cidade de Campina Grande, em 1980 numa população de 201.468 habitantes, 69.038 eram analfabetos, o que representou 34,27% do total da população⁽⁸⁾.

Em 1990 a população de Campina Grande atingiu 214.026 habitantes, dos quais 79.986 permaneciam em situação de analfabetos, o que passou a representar 36% do número de habitantes.

O crescimento relativo da população e do número de analfabetos de 1990 em relação ao ano de 1980 pode ser melhor visualizado na tabela a seguir:

TABELA 1 - POPULAÇÃO ANALFABETA EM CAMPINA GRANDE

	1980	1990	Crescimento Relativo em %
Nº de Habitantes	201.468	214.026	6,2
Nº de Analfabetos	69.038	79.986	15,9

FONTE: IBGE⁽⁹⁾

As questões mais graves no que se refere ao problema educacional na Paraíba diz respeito inicialmente ao não acesso da população ao ensino público e gratuí

(7) Elena Viveros Jarry. Nova Escola nº 42. Setembro 1990.

(8) Dados do IBGE. Censo de 1990.

(9) Dados do IBGE. Segundo a pesquisa o indivíduo que assina o próprio nome é considerado alfabetizado.

to, embora outras questões sejam responsáveis também para dificultar a melhoria do ensino no Estado, como: 1) os baixos salários dos professores; 2) evasão e repetência dos alunos; 3) questão da grade curricular e estrutural das escolas.

Para melhor visualizar esse quadro elaboramos algumas tabelas referentes ao número de escolas, professores e alunos nos anos de 1980 e 1988.

TABELA 2 - ESCOLAS DE 1º GRAU EM CAMPINA GRANDE

1 9 8 0				1 9 8 8			
FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
-	32	95	65	-	36	141	88

Fonte: Secretaria da Educação e Cultura da Paraíba.1980/1988.João Pessoa, 1988.

TABELA 3 - PESSOAL DOCENTE EM CAMPINA GRANDE - 1º GRAU

1 9 8 0				1 9 8 8			
FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
-	506	432	849	-	919	530	758

Fonte: Secretaria da Educação e Cultura da Paraíba. 1980/1988.João Pessoa, 1988.

TABELA 4 - ALUNOS EM CAMPINA GRANDE

1 9 8 0				1 9 8 8			
FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
-	15.623	12.786	18.705	-	21.493	15.874	17.337

Fonte: Secretaria da Educação e Cultura da Paraíba.1980/1988.João Pessoa. 1988.

Analisando as tabelas acima, concluiu-se que o aumento relativo ao número de escolas, pessoal docente e alunos matriculados, é pouco significativo se levarmos em consideração o crescimento populacional nestes anos em estudo, principalmente em idade de 1ª fase de 1º grau.

As instalações físicas das escolas encontram-se deficientes, além do material pedagógico disponível ser insuficiente e inadequado, contando ainda com docentes sem grande preparação profissional para atender às necessidades do alunado que frequenta a escola pública do Estado da Paraíba.

A má remuneração salarial dos docentes ocorre pela desvalorização que o Estado vem dando à educação no Brasil como um todo, e em particular na Paraíba. Os baixíssimos salários dos professores (boa parte dos professores de 1º grau da rede pública não chegam a receber o salário mínimo, embora pela CLT todo o trabalhador deveria perceber pelo menos o salário mínimo). Os péssimos salários dos docentes contribuem profundamente para que muitos profissionais integrem essa profissão sem a qualificação adequada e sem muita dedicação as suas atividades como docente.

Embora constate-se um decréscimo no número de professores e alunos na rede particular, a escola pública não atinge o seu objetivo e, não atendendo nem sequer a demanda de alunos em idade escolar, o que demonstra o quanto o Estado tem relegado resolver a questão educacional pelo aspecto qualitativo e quantitativo.

Mediante a gravidade em que se encontra a educação, o Estado utiliza medidas paliativas e assistencialistas, encarando a questão como mero problema social, não considerando qualquer hipótese de transformação na sociedade.

É notório a indiferença do poder público na Paraíba frente aos problemas educacionais, posto que a educação ainda é um instrumento de manipulação política, utilizada pelo poder público, em seu benefício.

O que se constata segundo Elena Viveros Jarry, é que na Paraíba, (...) "embora a população escolarizável (7 a 14 anos) tenha tido um nível de atendimento de 72% em 1985, em todo o Estado, se constata que esse atendimento beneficiou a zona urbana em 80% e caiu na zona rural em 62%. Em quatro anos, houve uma diminuição no número de estabelecimentos de ensino da rede estadual de 1º grau"⁽¹⁰⁾.

(10) Elena Viveros Jarry. *Nova Escola* nº 42, pp.38 e 39

Atualmente na Paraíba, as matrículas no ensino fundamental estão distribuídas da seguinte maneira: 55% na rede municipal, onde 75% dos alunos que estão matriculados na 1ª série, apenas 15% chegam a 4ª série: a rede estadual com 33% das vagas, no qual dos 20% matriculados na 1ª série, apenas 50% chegam a 4ª série, somente 30% chegam a 8ª série; 12% do total das matrículas existentes dos alunos de 1ª série está na rede particular, a qual conserva desse percentual 45% até a 8ª série.

Em Campina Grande, a escola pública não consegue atender a demanda existente em relação a idade escolar de 1ª série do 1º grau. Existem 10.500 crianças de baixa renda em idade escolar, sem frequentar a escola por carência de Unidades Escolares. Hoje (1990), o Complexo Educacional Municipal de Campina Grande atende 32.183 alunos, assistidos por 731 docentes na zona rural e 887 na zona urbana⁽¹¹⁾

(11) Dados da Secretaria da Educação e Cultura do Município de Campina Grande-PB. Pela ausência de dados não foi possível relacionar estes números com o universo, naquilo que se refere à educação de 1º grau em Campina Grande como um todo.

IV - FORMAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SINTAB.

A Associação dos Servidores Públicos Municipais de Campina Grande (ASPMCG), hoje Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Agreste da Borborema (SINTAB) foi criada na década de 60 (05 de junho de 1960) quando a nação ingressava no período da ditadura militar. Nesta conjuntura, muitos segmentos da sociedade começaram a criar suas entidades representativas, ou fortaleceram as já existentes.

Os associados da ASPMCG, tem uma história de luta juntamente com a Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba - AMPEP, pois esses eram anteriormente associados nas duas entidades e atuaram conjuntamente em seus vários momentos de reuniões, debates, seminários e até de greves. Nesse sentido, a afirmação do Professor a seguir esclarece a questão⁽¹²⁾:

"Nós entendemos que era necessário haver uma mudança no movimento dos professores da rede pública, procuramos assim implementar um trabalho de reuniões, debates, seminários e de mobilização em favor de reivindicações comuns aos professores públicos tanto do Estado como do Município".

Em 1979, diante do compromisso do governo com a classe dos professores, foi deflagrada a 1ª greve do magistério público paraibano, aqui em Campina Grande, após 1964, e a partir dessa época se sucederam vários movimentos grevistas, onde participaram às duas associações, a respeito dessa 1ª greve. Vejamos a citação deste servidor:

"A partir de um certo momento quando o governador se negou a atender essas nossas reivindicações, o magistério público deflagrou a 1ª greve, e a partir daí, nós tivemos várias lutas, várias greves".

(12) A sondagem foi realizada através de questionários e entrevistas durante o ano de 1990, sendo realizada em escolas, em Congressos, Reuniões de professores, na sede do Sindicato, em Assembléias, em momentos de greves e ocupações.

A partir de um certo momento, se compreendeu que deveria haver um trabalho de organização desses professores, e dessa forma, foram encaminhadas reuniões, onde ficou decidido a filiação em massa dos professores da rede pública à **AMPEP**.

Após este momento a luta do magistério público em Campina Grande se fortaleceu, como se pode observar através do depoimento deste profissional:

*..."a luta em Campina Grande se deu a partir de 1980, onde os professores foram se filiando, se integrando a **AMPEP**... Nós conseguimos que a partir daquele momento os professores passassem a ganhar o salário mínimo... Tivemos conquistas importantes para os professores municipais, embora todas as propostas não tenham sido atendidas totalmente, tanto no aspecto salarial, como no educacional".*

Baseado em pesquisas realizadas junto aos trabalhadores em educação, verificou-se que a partir da luta iniciada por estes, foi desencadeado um processo reivindicatório, que tiveram suas propostas atendidas e algumas não concretizadas.

Com relação à luta dos professores da rede municipal, pode-se salientar a campanha salarial travada em 1983, onde o salário de 80% dos servidores não equiparava ao salário mínimo. Tal reivindicação que foi bandeira de luta durante algum tempo, foi concretizada em 1985, após longo processo de luta, como bem evidencia a imprensa local da época⁽¹³⁾.

"nós estamos solicitando apenas a equiparação dos nossos salários com o mínimo vigente no país, medida que se apresentou indiferente mais legítima, porque é um dever dos patrões obedecerem às determinações da lei... como funcionários públicos, somos discriminados pelo poder competente e relegado a último plano como trabalhadores..." (Diário da Borborema, Campina Grande - 04.05.85).

(13) Jornal Diário da Borborema: três notas que tratam da luta da Associação dos Professores Municipais pela questão salarial.

Assim diante dos encaminhamentos reivindicativos da ASPMCG, o poder público municipal responde às pressões dos trabalhadores, da seguinte forma:

... "segundo o prefeito Ronaldo Cunha Lima, os professores municipais já estão com seus salários equipados ao reajuste salarial de 1º de maio, já que a categoria recebe reajuste de seus vencimentos nos meses de maio e novembro". (Diário da Borborema, Campina Grande - 05.05.85).

Diante de tal situação de indiferença das autoridades municipais frente aos servidores em educação do município, naquilo que se refere a um atendimento satisfatório de suas reivindicações salariais, a Associação dá procedência à mobilização, procurando levar todos os seus servidores às ruas, como se constata através da citação a seguir:

... "na próxima segunda-feira dia 03 a ASPMCG, estará promovendo uma grande passeata, de protesto com todos os seus associados pelas principais artérias da cidade, onde seguirão para o gabinete do prefeito, oportunidade em que estarão entregando um dossiê ao chefe do Executivo". (Diário da Borborema, Campina Grande - 31.05.85).

A luta dos servidores municipais, reuniu não só a categoria dos professores, como também todas aquelas várias outras categorias que compõe o sindicato e que estavam sem o salário mínimo.

Essa luta consistiu em um processo lento e gradual, tendo como ponto de partida reuniões e assembléias que culminaram com a 1ª greve⁽¹⁴⁾ dos servidores municipais em 1983.

A partir desta 1ª greve, se sucederam várias outras greves, paralisações assim como ocupações em órgãos públicos⁽¹⁵⁾, como forma de pressionar o poder público às negociações. A reivindicação pelo salário mínimo, foi bandeira de luta du

(14) Esta greve foi apenas dos servidores municipais (ASPMCG), contando com o apoio do SINTEP

(15) A ocupação à Secretaria das Finanças se deu em 1987 quando as autoridades municipais se negaram a negociar com os servidores. Sob o mesmo motivo em 1990 se deu outra ocupação, em ambos os casos o poder que se mostrava inflexível, resolveu negociar com os trabalhadores municipais.

rante muito tempo, sendo concretizada em 1985.

Em 1987, a ASPMCG começou a se preocupar com a formação sindical de seus associados, coordenando debates, seminários, cursos e congressos. Com referência aos cursos, uma das preocupações da Associação diz respeito a educação de adultos, através do método Paulo Freire ministrado para garis, merendeiras, vigias e serventes. Além deste curso, se iniciou uma série de discussões em torno da opressão sofrida pelas mulheres.

Até 1988, os profissionais do município eram sócios das duas entidades, com a Constituição de 1988, as Associações se transformaram em sindicatos, passando a ASPMCG a ser Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Agreste da Borborema (**SINTAB**). Assim a luta dos professores municipais passou a ser encaminhada somente através do **SINTAB** e não mais via AMPEP, que também passou a ser Sindicato dos Professores do Estado.

O **SINTAB** congrega várias categorias profissionais da rede municipal, não só de Campina Grande, como também de todo Agreste da Borborema.

Com relação a luta dos professores municipais que atualmente são associados ao **SINTAB**, pode-se dizer que estes já possuem uma certa experiência trazidas da AMPEP, pois dentre as categorias profissionais do **SINTAB**, são os professores que têm uma maior experiência de ter conseguido maiores conquistas, a esse respeito se posiciona este servidor da educação:

*..."dentro das categorias profissionais da rede municipal a dos educadores é a que tem uma experiência maior de luta, e que tem tido maiores conquistas. Eles têm uma experiência muito longa da AMPEP, essa luta foi continuada aqui no **SINTAB** com a mesma força, com a mesma garra..."*

Interpretando-se a fala deste entrevistado, é importante ressaltar que as conquistas dos professores municipais, como salários, dentre outras coisas, eleições diretas para diretores de escolas, foram conquistadas através da AMPEP, as

quais hoje são encaminhadas pelo **SINTAB**, que atualmente representa os profissionais de ensino da rede municipal, com maiores possibilidades de lutas e de conquistas.

Referindo-se a um avanço na estrutura organizativa do **SINTAB**, é importante mencionar a escolha dos delegados de base nas escolas (por turno) que têm como função uma maior integração destes profissionais de ensino junto ao sindicato.

Mediante as colocações dos profissionais ouvidos, é possível afirmar que quase totalidade desses se mostram favoráveis às greves, isto quando elas surgem no sentido de reivindicar não somente salários, mas também outras questões educacionais, como questões estruturais das escolas, material didático e até merenda escolar.

Consideram ainda, que tal movimento grevista deve consistir em algo bem planejado, bem estruturado e com uma participação ativa dos grevistas, mesmo que estes não sejam em número muito elevado, mas a qualidade do movimento deve ser levada em consideração.

"não é só a quantidade de trabalhadores em greve, todavia, que é importante para a eficácia do movimento, mas também a qualificação, ou a posição estratégica de determinados postos de trabalho"⁽¹⁶⁾ (Leite, Márcia de Paula. O que é Greve).

De acordo com esse entendimento, as greves do **SINTAB**, ainda têm que avançar muito, tem que haver uma maior mobilização e conscientização da categoria que se encontra ainda muito desunida, como coloca uma entrevistada.

"acho que na nossa classe deveria haver mais união, afinal somos a classe considerada "informada" no país, nós formamos praticamente todos os profissionais, apesar de não nos conscientizarmos disso, então, baseado nisso, temos argumentos suficientes para nos mobilizarmos, e ainda, mesmo ha

(16) LEITE, Márcia de Paula. O que é Greve. Editora Brasiliense. Cit.p.42, citação referente principalmente as greves de metalúrgicas, mas que diz respeito a qualquer movimento grevista de trabalhadores.

vendo outras formas de organização, ainda vejo o sindicato como a forma mais viável para se encaminhar uma luta".

Baseado nessas colocações, é possível afirmar que a greve é considerada como o meio possível de se encaminhar uma luta por melhorias na educação, no entanto, considera-se que é necessário haver uma maior união da categoria, dessa forma, o melhor meio possível é através do sindicato, que se constitui num meio capaz de encaminhar as lutas dos trabalhadores em educação, como na afirmação de Ildeu Moreira Coelho:

"A criação e o fortalecimento das Associações de professores, de funcionários, dos movimentos estudantis e dos sindicatos são fundamentais, não apenas para uma transformação da sociedade, mas da própria escola⁽¹⁷⁾".

No entendimento, a proposta educacional sugerida pelos Sindicatos & Associações de professores deveria possibilitar aos trabalhadores uma compreensão do processo histórico, uma vez que essa proposta brota de uma prática coletiva dos próprios profissionais de ensino, que vivem o dia-a-dia da escola, e consequentemente convivem diretamente com os problemas básicos do ensino-aprendizagem prática do nas escolas públicas de Campina Grande.

Embora o sindicato tenha uma política educacional voltada para a questão sindical dos profissionais de ensino, o mesmo incorpora nas suas lutas as questões globais e particulares do ensino público em geral, e em particular de Campina Grande.

(17) COELHO, Ildeu Moreira. *O Educador Vida e Morte. A Questão Política do Trabalho Pedagógico*. 8ª edição. Cit. p. 41, Graal 19.

V - PRÁTICAS EDUCATIVAS: PROPOSTA DO SINTAB

O **SINTAB** tem como uma das suas propostas de trabalho, desde o ano de 1987, promover cursos para seus associados com o objetivo de oferecer aos mesmos meios de uma melhor formação sindical e de aprofundamento nos conhecimentos.

Nos cursos são abordados os mais variados temas, oferecendo-se temas que tratam da formação sindical e outros, que contribuem para ampliar a formação e capacitação dos professores, como: as estruturas, o capitalismo, o socialismo, a questão da lei orgânica, o regime jurídico, a questão da mulher (especialmente essa temática que trata da discriminação da mulher) e outros temas de interesse da categoria.

A respeito da participação dos profissionais de ensino nestes cursos, elaboramos alguns dados relativos aos cursos oferecidos pelo **SINTAB** no período de 1987 a 1990; tais dados foram levantados a partir de uma sondagem com 200 profissionais de ensino do município⁽¹⁸⁾, permitindo constatar a participação destes neste período.

TABELA 5 - CURSOS DE FORMAÇÃO: 87/90

% de Participantes	% de não Participantes
35,5%	64,5%

Detectamos de acordo com a sondagem um número maior de não participantes nos referidos cursos oferecidos pelo **SINTAB**, julgamos necessário verificar o motivo desta não participação, uma vez que 90% dos consultados consideraram estes cursos de grande valor para toda a categoria.

(18) Foram ouvidos 200 profissionais de ensino do município: 100 professores associados ao **SINTAB**; 100 professores não associados ou que não possuem nenhum vínculo com o sindicato, mesmo associados.

TABELA 6 - NÃO PARTICIPANTES: 87/90

Falta de tempo	79% *
Pouca divulgação	6,2% **
Acomodação/preguiça	3,9% ***
Desacreditados	10,9% ****

* Destes 79% embora reconhecendo a importância de tais cursos alegam o pouco tempo disponível para tal.

** Dos entrevistados 6,2% alegam uma pouca divulgação destes cursos por parte do sindicato.

*** Dos servidores que não participaram destes cursos 3,9% se julgam acomodados e até preguiçosos, desestimulados.

**** Dos não participantes 10,9% estão desacreditados destes cursos considerando-os como algo puramente teóricos.

Os profissionais que participam dos cursos, 88% vêem os mesmos como da maior importância, para a formação político-sindical, profissional, assim como para união e fortalecimento da luta sindical.

A afirmação de um dos participantes dos cursos, demonstra o valor que as reciclagens oferecem:

... "Nós tivemos um dia de formação sindical onde o trabalhador coloca os pés no chão e vê que enquanto não formos organizados, não tivermos uma linha de trabalho coerente com as nossas forças, nós não poderemos, de maneira nenhuma, levar a frente um trabalho sindical"...

Embora concordem com estes cursos promovidos pelo SINTAB, dos entrevistados, dentre eles incluindo associados ou não, apenas 35,5% participam de tais eventos, demonstrando que apesar de saberem da importância desses cursos uma minoria

está preocupada com sua atuação nos cursos ministrados. A respeito desta não participação dos profissionais de ensino, podemos ver a afirmação de uma das professoras envolvidas nestes cursos:

*... "agora eu entendo que ainda tem muitos companheiros que realmente não abraçam esta questão, e a gente sabe que passa por aí porque são pessoas que não procuram participar dos cursos que são oferecidos por nosso sindicato porque nós fizemos vários cursos"... e ainda: "Eu acredito que nós participando realmente, a gente começa a crescer, começa a ter outra visão das coisas, a partir do momento que a gente participa, levando em consideração a participação em outros sindicatos, a gente percebe que o pessoal do **SINTAB** está de parabéns, é um pessoal que realmente participa, agora eu tenho esperança que esta participação aumente com o decorrer do tempo, para, daqui a alguns anos, termos um contingente de professores com disposição à luta".*

Muitos profissionais de ensino não participam dos cursos, devido à falta de tempo, os professores alegam que o excessivo número de horas-aula além de outras atividades que têm de realizar para compensar a má remuneração, não os permitem dispor de condições para a realização de reciclagens.

Além do mais, estes profissionais, na maioria mulheres, têm seus compromissos com a família, com a casa, etc. Apenas uma pequena minoria dos ouvidos, cerca de 6,2% alegam a pouca divulgação destes cursos.

Com intuito de lutar por melhores condições salariais assim como por uma escola voltada para a comunidade, o **SINTAB** vem realizando encontros dos profissionais de ensino onde se discute, avalia e tira propostas pertinentes aos problemas educacionais das escolas de uma maneira geral, tais como: a questão do livro didático, a questão da escassez de material didático, a questão das greves, etc...

Vejamos a seguinte citação de uma professora:

"O magistério está lutando para que a gente tenha uma escola voltada para o povo, não uma que realmente esteja sô lá pra cumprir horário... Uma escola participativa em que a comunidade escolar, ou seja, os pais, os professores e alunos participem de todas as decisões da escola. Avaliou-se que o livro didático não correspondia às dificuldades e necessidades do alunado, era um livro didático que vinha de cima para baixo... Os professores hoje já questionam a escola, o modelo da escola, questionam o livro didático"...

A respeito da democratização da escola, uma das questões básicas relacionada ao assunto é a eleição direta para diretores de escolas, que foi um processo de debates e lutas, sendo muito positivo e atualmente, vem atendendo a quase 100% das perspectivas do sistema educacional municipal⁽¹⁹⁾.

Relativo a luta e conquista pelas eleições para diretores pode-se ver a seguinte afirmação deste servidor:

"Uma luta que a gente considera bastante positiva é a eleição para diretores nas escolas,... o governo simplesmente mandava diretores pras escolas sem o mínimo de democracia... então foi uma luta de cinco anos que o magistério travou em favor das diretas para diretores nas escolas, contando com a participação dos professores, alunos e pais, ou seja a comunidade escolar".

Em 1989 foi realizado pelo **SINTAB**, o 1º Congresso onde foram levantadas várias bandeiras de luta do sindicato sendo que, uma destas propostas refere-se a mudança na estrutura organizativa da entidade com o intuito de que o próprio servidor tenha uma participação mais ativa, para tal foi necessário que através do voto se tirasse um delegado de base em cada escola (por turno).

(19) Quando nos referimos ao processo de eleição direta estamos utilizando o discurso dos entrevistados como fonte principal não havendo qualquer aprofundamento maior em relação a tal processo eleitoral.

Para ilustrar esta questão, vejamos a afirmação deste servidor:

"O delegado de base escolhido no seu turno de trabalho, passa a ser um elo de ligação entre o sindicato e o setor de trabalho... passa a ter também a responsabilidade de mobilizar aquele setor... passa a ser um animador de seus companheiros"...

VI - LUTAS SINDICAIS & PRÁTICAS EDUCATIVAS

6.1. A GREVE COMO PRÁTICA POLÍTICA EDUCATIVA DA CATEGORIA

As greves do magistério público municipal, em seus vários momentos, têm para a maioria dos servidores um caráter educativo, para outros no entanto, a greve funciona como se fosse uma aula, onde os próprios trabalhadores organizam suas atividades e transmitem para os demais profissionais, ou para a comunidade, neste sentido se posiciona esse trabalhador do ensino:

"Quanto a atuação do magistério nas greves é uma atuação muito benéfica, tem-se muita criatividade, muita harmonia, muita inteligência, é uma criatividade fora de série que a gente tem o maior orgulho"...

Quando em greve, o **SINTAB** procura realizar atividades que proporcione uma maior união dos trabalhadores em educação, como é o caso das mobilizações nas ruas e como tentativa de uma formação crítica, desenvolve atividades como cursos e debates, sobre esse assunto diz esse servidor:

"A gente enquanto sindicato não pode ficar só naquela de viver discutindo bandeiras de lutas sem mostrar ao trabalhador o seu lugar, porque é ele que está nesse contexto, porque nós estamos nesse regime e porque nós somos apenas empregados obedecendo ao patrão, obedecendo ao poder, então a gente sempre faz cursos de formação sindical"...

e ainda:

"O movimento sindical precisa atacar de todos os lados o poder público, precisa dinamizar o seu trabalho, partindo da conscientização dos trabalhadores associados ou não, precisa de mais ação, mais atuação direta com o trabalhador e menos discursos políticos".

Uma outra proposta do **SINTAB** nas greves, é tornar participativa suas lutas e reivindicações tanto à comunidade escolar como a comunidade de uma maneira geral. Dessa forma suas atividades visam esta conciliação sindicato-comunidade, e para tal são usadas atividades que venham despertar a curiosidade e apoio da comunidade ao movimento do sindicato. Os profissionais de ensino estão conscientes de que o discurso já se tornou muito cansativo e por este motivo buscam soluções inovadoras, como pode se perceber pelo depoimento deste servidor, a seguir:

"... e nessa greve a gente faz via-sacra, faz quadrilha do servidor, faz enterro da educação, faz showmícios, dependendo da época, escolinha do Professor Cunha Lima, e outras atividades que chamem a população a entender as nossas reivindicações sem ser só no discurso que já está muito batido"...

O **SINTAB** tem toda uma preocupação em integrar os pais dos alunos, a comunidade escolar e a comunidade local como um todo, em suas lutas reivindicatórias por melhores condições de vida, de trabalho, e por problemas educacionais sejam estes relativos as estruturas das escolas, sejam relacionados com a deficiência de material escolar ou problemas educacionais locais como um todo, buscando integrá-los na conjuntura local, como explica este professor:

"...essa proposta ousada do magistério é justamente nesse sentido, de mexer com os pais, que os pais se mexam e que também venham pra luta do magistério que é uma luta que a gente considera bastante positiva"...
e ainda:

No governo atual, nós já fizemos várias atividades públicas...satirizamos o guia eleitoral que foi uma peça pública feita para o público"...

Vindos da **AMPEP**, os associados do atual **SINTAB**, têm toda uma experiência de luta reivindicatória e conquistas, é a categoria mais organizada dentro deste sindicato, a respeito do assunto vejamos a citação abaixo:⁽²⁰⁾

(20) Além de professores e outros profissionais, também foram ouvidos lideranças sindicais e diretorias anteriores e da atual.

"O professor tem até obrigação de ter essa consciência sindical, ter uma consciência política maior que as outras categorias porque ela é uma pesoa mais informada, então tem até obrigação de ter essa consciência... é a categoria que está mais organizada"...

Mesmo sendo considerada a categoria mais organizada, os profissionais de ensino ainda acham que sua categoria necessita de uma organização maior, mais mobilizada, mais integrada com a luta, necessitando portanto de uma maior conscientização.

"Precisamos fortalecer o movimento, procurando inclusive mais soócios, e uma maior conscientização da classe"...

6.2. REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA

Os profissionais do ensino municipal consideram a greve como a grande arma para reivindicar os seus direitos. Dos trabalhadores ouvidos 90% se posicionaram em favor da greve, a esse respeito se posiciona essa professora:

"A greve é sem dúvida um instrumento básico de reivindicação. É ela a forma de persuasão mais forte que o trabalhador tem nas mãos".

Face ao descompromisso do Estado frente as reivindicações do SINTAB, este vem se mobilizando, fazendo greve, como um meio de pressionar o poder municipal, vejamos a fala deste entrevistado:

"Infelizmente na situação atual a única forma que a gente tem de lutar por alguma coisa é a greve, porque se vai no diálogo o patrão não escuta a gente, e fazendo greve se consegue alguma coisa".

No entanto, antes de entrar em greve estes profissionais se reúnem em assembléia, e de acordo com a votação deste é que as propostas são encaminhadas. A partir daí, se elabora um calendário de atividades que é assumido pela direção do **SINTAB**, pelo comando de greve e pelos professores que querem participar, como no discurso desse profissional:

"O professor que já participa é mais aquele que já deu passos maiores na sua consciência de classe e são esses que fazem as mobilizações que vão a setores que conversa com os colegas, que tenta tirar o colega da sala de aula, etc."

Em momentos de greve, quando o poder estadual não atende as reivindicações feitas pelos trabalhadores em educação, os grevistas através do **SINTAB**, fazem ocupações em repartições públicas, como foi o caso da Câmara de Vereadores e agora ultimamente (1990), do gabinete do prefeito, a esse respeito se refere esse traba-

thador:

"... quando não respondeu as nossas reivindicações a gente enviou vários ofícios querendo assim que ele nos respondesse para que negociássemos, mas ele de forma irredutível não respondeu, e achamos por bem ocupar, já que era uma forma de chamar a atenção do poder, de mostrar que existimos e que somos uma categoria organizada".

Essas ocupações foram uma forma de pressionar o poder público, que se negava a receber os servidores da educação municipal, para as negociações, sendo que por meio dessa pressão houve um possível "entendimento" entre as autoridades governamentais (no caso em pauta o prefeito) e o sindicato.

O poder público municipal, sempre se negou a receber a categoria para negociações, mesmo que fossem enviados vários documentos, houvessem falas e outros meios que tivessem como objetivo tornar possível a negociação. A única forma viável encontrada foi o processo que consiste em paralisações, greves e ocupações⁽²¹⁾, sobre esse assunto diz este trabalhador:

"... Nossa 1ª greve se deu em 1983, não só do magistério, toda a categoria que estava sem o salário mínimo... Nunca nenhum prefeito quis nos atender só após começarmos a fazer greves e paralisações"...

De uma forma geral as greves do magistério público municipal, tem um caráter salarial. São reivindicações antigas que vão sendo conquistadas paulatinamente, mas todas estas melhorias que a educação conquistou, teve a greve como instrumento de luta.

A respeito da questão das conquistas através das greves, 65% dos profissionais consultados, consideram que a classe embora ainda um pouco desarticulada, deu

(21) Sobre questão do direito de greve do trabalhador o sindicalista LULA diz o seguinte: "Talvez por falta de hábito, muita gente viu a greve como algo anormal, fantástico. Na verdade, foi uma manifestação de uma classe que tem como arma nas negociações, como força de barganha, a greve. O fato de ela ter sido julgada ilegal já perdeu o valor porque o trabalhador a tornou legal a partir do momento em que a praticou". in LEITE, Márcia de Paula. O que é Greve.p.18.

um grande passo em relação a estas conquistas, pois entendemos que o processo é lento e gradual e que as conquistas podem parecer insignificantes, mas se constituem num processo de grande valor para categoria.

Vejamos a posição deste trabalhador a respeito da questão:

"A luta abrange muita coisa, por exemplo, a gente não tinha piso salarial, se conseguiu através de uma luta, se conseguiu eleição para diretores de escolas, a questão também de material didático das escolas, da merenda escolar e equipamentos para as escolas".

O restante dos que foram ouvidos, 35% portanto, consideram que a categoria deve se articular muito mais, pois as conquistas são ainda muito pequenas, são sempre reivindicações antigas que vêm à tona e que não prejudicam tanto o poder público, e se constituem em um processo lento, como se vê nesse depoimento:

"Não posso negar que se as greves, foram até certo ponto uma conquista para a categoria. Por outro lado, o ensino continua de péssima qualidade"...

Nesta afirmação pode-se perceber que estes educadores consideram ter havido certas conquistas salariais, no entanto o ensino de uma maneira em geral, está passando por sérios problemas, em relação a esta questão educacional, Manoel Roberval Silva diz o seguinte:

"É fato conhecido que há um certo desinteresse por parte do Estado em investir na educação em geral e em material didático em particular e o próprio sistema educacional contribui para o agravamento dessa problemática, e isso é uma realidade vivida pelos profissionais da educação há muito tempo". (22)

Relativo a opinião dos professores municipais no momento de greve, quase

(22) SILVA, Manoel Roberval. *A Relação Professor-Escola - Aluno no Discurso - Fala do Professor*. Campina Grande, 1990. (Monografia)

a totalidade destes se mostram favoráveis a greve no momento que se reúnem em assembléias, votando sempre em favor desta.

No que diz respeito a participação dos servidores na greve, não é tão assídua como se faz necessário. Mesmo não estando trabalhando, a maioria dos profissionais alegam a falta de tempo ou o cansaço, e acham que a greve exige muito esforço (pelo dispêndio de energia nas passeatas, vigílias, reuniões, etc.), enquanto outros reclamam do pouco incentivo do **SINTAB**.

Neste sentido pode-se ver esta afirmação desse professor:

"... na assembléia pra decisão de greve, todo o pessoal levanta suas mãozinhas e decide uma greve... o pessoal não está preparado pra este movimento... muita gente pensa que greve é pra ficar em casa, é pra veraneiar, fazer consulta médica ou cirurgia, e greve não é isso, greve é rua e luta, é nossa única arma".

Ao se posicionar sobre a participação dos colegas numa greve, a professora considera que a categoria precisa aprimorar a questão política no que se refere ao movimento grevista, e considera este como único instrumento utilizado pelo trabalhador para ser atendido em suas reivindicações.

Com respeito a opinião dos profissionais de ensino municipal a respeito da participação do Sindicato, principalmente na questão das greves, dos professonais ouvidos 85% destes consideram o **SINTAB**, como o instrumento de luta do trabalhador em educação do município, no entanto, acham que deveria haver uma maior união da categoria para o fortalecimento do movimento sindical, 8% dos ouvidos são a favor do sindicato como um instrumento de reivindicação, porém, acham que deverá se fortalecer com os interesses da classe e não como um instrumento partidarizado. O restante 7% preferiu não opinar a respeito por não acharem preparados para opinar.

VII - CONCLUSÃO

A preocupação que norteou este trabalho foi compreender a importância das lutas e práticas do **SINTAB** (Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do A greste da Borborema) no contexto da estrutura do ensino da rede municipal de Campina Grande.

Diante de tal tentativa, foi possível elaborar metodologicamente entrevistas que permitiram tirar algumas conclusões que permeiam alcançar o objetivo proposto.

A análise dos dados, possibilitaram tirar algumas conclusões relacionadas com a participação dos trabalhadores de ensino do município, junto ao **SINTAB**, e como estes, via sindicato, tratam a questão educacional da rede pública municipal em Campina Grande.

Constata-se que os cursos de formação sindical promovidos pelo **SINTAB** têm uma aceitação de quase a totalidade dos profissionais em educação, no entanto, apenas, 35,5% do total dos entrevistados participam desses cursos, a maioria dos não participantes afirmam não dispor de tempo suficiente para tais cursos uma vez que sendo mal remunerados, se vêem obrigados a procurarem outras atividades com fins lucrativos.

Na atual conjuntura em que os problemas educacionais são sérios, e que a comunidade de uma maneira geral se encontra alheia a estas questões, o **SINTAB** vem investindo na proposta de democratização da escola que consiste na inserção da comunidade escolar à comunidade como um todo.

Um dos aspectos relativos à democratização da escola, vem tendo a participação de profissionais de ensino e alunos, é a eleição direta para diretores de es

colas, nesse sentido uma questão vem à tona: como se sucede tal processo eleitoral?

Com base nas colocações dos entrevistados, conclui-se que o sindicato é considerado como o mecanismo viável para a união e fortalecimento da categoria, assim como para as conquistas da mesma.

De posse da compreensão da organização dos trabalhadores da educação em sindicato, diante do caráter repressivo, desmobilizador e explorador da sociedade capitalista, é que este vive em luta permanente e de uma certa forma ininterrupta, desse modo, os explorados se educam enquanto classe, construindo o seu próprio sindicato.

O Sindicato não é apenas aquele instrumento que tem o papel de lutar por reivindicações da classe, mas é também o espaço organizativo da classe, cuja função é pedagógico - educativa.

VIII - FONTES DOCUMENTAIS E LITERATURA

1. Arquivos

- 1.1. **SINTAB** - arrolamento do acervo do **SINTAB**: 1980 - 1990.
- 1.2. Arquivo da Prefeitura Municipal de Campina Grande.
- 1.3. Arquivo da Secretaria de Educação e Cultura de Campina Grande.
- 1.4. Arquivo do IBGE: Relatórios referentes ao Estado da Paraíba.

2. Jornais

- 2.1. O Barnabé Municipal - Órgão informativo da Associação dos Servidores Municipais. Campina Grande - PB, 1961. Arquivo do **SINTAB**.
- 2.2. O Barnabé Municipal - Órgão informativo da Associação dos Servidores Municipais. Campina Grande - PB, 1967. Arquivo do **SINTAB**.
- 2.3. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande - PB, 1987 - 1990. Arquivo do **SINTAB**.

3. Literatura

ANTUNES, Ricardo C. O que é Sindicalismo. São Paulo. Brasiliense, 1985.

A.S.P.M.C.G. - Servidores Municipais Lutas e Conquistas - Séries - Lutas do Povo Trabalhador - nº 2 - Publicação Centro de Ação Cultural - CENTRAC, 1986.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988) - Fundação de Assistência ao Estudante. Rio de Janeiro, 1989.

CADERNO DA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL - AEC do Brasil.

COELHO, Ildeu Moreira, texto in: O Educador Vida e Morte. A Questão Política do Trabalho Pedagógico. 3ª edição. Graal.

Educação e Sociedade. Autores Associados/CEDES. Cortez Editora. Nº 5, Janeiro de 1980. (revista quadrimestral de Ciências da educação).

FREIRE, Paulo. Pedagogia, Diálogo e Conflito. São Paulo, Cortez Associados, 1985.

FREIRE, Paulo. A importância do Ato de Ler. São Paulo, Cortez Associados, 1982.

GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação. Um estudo introdutório, 6ª ed., São Paulo, Cortez Associados, 1988. (Coleção Contemporânea).

LIMA, Jandira Rodrigues de e Cleneide Ferreira da Silva. O Sindicalismo no Processo Político - Experiência na Associação dos Servidores Públicos Municipais de Campina Grande - A.S.P.M.C.G., Campina Grande - PB, 1987. Trabalho do Curso de Especialização em Desenvolvimento de Comunidade, URNe, 1987.

LEITE, Márcia de Paula. O que é Greve. São Paulo, Brasiliense. 1988.

MARX, Karl e Friedrerich Engels. A Ideologia Alemã. Tese sobre Fleurbach. Editora Moraes, São Paulo, 1984.

NOVA ESCOLA, nºs 39 de maio de 1990 a novembro. pp.48 a 50 / 34 outubro 1989 ano IV. 42 setembro 1990. ano V. pp.38 e 39.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. Formação do Professor de 1º e 2º Graus. Cortez. São Paulo, 1984.

SOCOCUGLIA, Afonso Celso. Educação e Política em Paulo Freite: Da Transformação da Consciência à Organização das Classes. João Pessoa, 1988.